



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES – CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA**

MARIA SUZANA BARROSO SILVA

**CURSO DE PEDAGOGIA DA UNILAB-CE: UMA PROPOSTA
ANTIRRACISTA E AFROCENTRADA.**

**ACARAPE-CE
2024**

MARIA SUZANA BARROSO SILVA

**CURSO DE PEDAGOGIA DA UNILAB-CE: UMA PROPOSTA
ANTIRRACISTA E AFROCENTRADA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Jacqueline da Silva Costa

**ACARAPE-CE
2024**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Maria Suzana Barroso.

S586c

Curso de pedagogia da Unilab-CE: uma proposta antirracista e afrocentrada / Maria Suzana Barroso Silva. - Acarape, 2024.
46f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa.

1. Unilab - Curso de pedagogia - PPC. 2. Currículo afrocentrado. 3. Formação de professores. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 370

MARIA SUZANA BARROSO SILVA

**CURSO DE PEDAGOGIA DA UNILAB-CE: UMA PROPOSTA
ANTIRRACISTA E AFROCENTRADA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em pedagogia.

Data de Aprovação

____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa (Orientadora-UNILAB-CE)

Prof. Dr. Ivan Costa Lima (UNILAB-CE)

Prof. Dr. Luiz Fernando de França (UFOPA-PA)

*Ninguém nasce odiando outro pela cor de sua pele,
por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar,
as pessoas precisam aprender, e se podem aprender,
e se podem aprender a odiar, elas podem ser
ensinadas a amar. (Nelson Mandela)*

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de estar cursando o curso de pedagogia e pelo dom lindo que é ser professora que dedica a sua vida a educar e transformar o mundo.

A minha família que não mediu esforço para me apoiar e me incentivar a ser uma pedagoga, principalmente minha mãe uma mulher que dedicou sua vida e seus estudos para dá o melhor para mim.

O prof. Ivan que foi meu professor no curso de Pedagogia da Unilab e ao Prof. Luiz Fernando. Ambos professores vem fazendo a diferença nos cursos de formação de professores, com uma práxis antirracista e implementando um currículo que contempla a Lei 10.639/03.

Agradeço também a minha orientadora, Profa. Jacqueline Costa que dedicou seu tempo em me apoiar e a orientar nessa jornada.

A professora Rebeca Alcântara por colaborar na pesquisa e pela atenção e dedicação em ajudar na realização desse projeto.

E por fim, a banca examinadora Ivan Costa Lima e Luiz Fernando de França pela oportunidade de apresentar este trabalho e pelas contribuições para melhor ampliar.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar a constituição e a importância do currículo afrocentrado no Curso de Pedagogia da UNILAB-CE. O currículo Afrocentrado é um grande desafio a ser implantados nas escolas municipais e estaduais, uma vez que permanece um estudo eurocêntrico como padrão, essa forma estabelecida ocorre por falta de leis severas que obrigue a sua aplicabilidade. Já na Formação Docente, destaco a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) que vem implementando um currículo afrocentrado, formando professores (as) capacitados (as) em promover uma educação para a educação das relações étnico - raciais, antirracista e afrocentrada. Realizou-se um estudo com abordagem qualitativa, com uso de entrevista semiestruturadas com perguntas abertas com uma professora do Curso de Pedagogia que participou do processo de criação do Projeto Político do Curso (PPC). O estudo identificou que a construção do currículo afrocentrado da UNILAB não foi um processo tranquilo e fácil, teve luta e resistência para que de fato essa proposta fosse validada e referendada pelo conjunto de professores (as) que participarem de todo o processo. A partir disso, conclui-se que o PPC do Curso de Pedagogia da UNILAB-CE, está comprometido com a descolonização do saber, a fim de romper os estigmas e preconceito presente na sociedade e que perpassa a universidade. Desse modo o curso vem se pautando e propagando um olhar respeitoso diante do legado da cultura e história africana e afrobrasileira.

Palavra-Chave: Unilab – Curso de Pedagogia – PPC – currículo afrocentrado – Formação de professores.

ABSTRACT

This research aims to demonstrate the constitution and importance of the Afrocentric curriculum in the Pedagogy Course at UNILAB-CÉ. The Afrocentric curriculum is a great challenge to be implemented in municipal and state schools, since it remains a Eurocentric study as a standard, this established form occurs due to the lack of severe laws that require its applicability. In Teacher Training, I highlight the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB) that has been implementing an Afro-centered curriculum, training teachers trained to promote education for the education of ethnic-racial, anti-racist and Afro-centered relations. A study with a qualitative approach was carried out, using semi-structured interviews with open questions with a teacher of the Pedagogy Course who participated in the process of creating the Political Project of the Course (PPC). The study identified that the construction of UNILAB's Afrocentric curriculum was not a smooth and easy process, there was struggle and resistance so that this proposal was actually valid and endorsed by the group of teachers who participated in the entire process. From this, it is concluded that the PPC of the Pedagogy Course at UNILAB-CE, is committed to the decolonization of knowledge, in order to break the stigmas and prejudice present in society and that permeates the university. In this way, the course has been guiding and propagating a respectful look at the legacy of African and Afro-Brazilian culture and history.

Keyword: Unilab – Pedagogy Course – PPC – Afrocentric curriculum – Teacher training.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	26
Tabela 2.....	27
Tabela 3.....	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	08
1. CURRÍCULO AFROCENTRADO	11
1.1 A Lei 10.639/03 – como surge, quem propôs e por que	16
2. FORMAÇÃO DOCÊNCIA	20
2.1 Curso de Pedagogia	24
2.2 - Relato de experiência: primeiro contato com a Unilab	29
3. A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO AFROCENTRADO NO CURSO DE PEDAGOGIA	33
3.1 Quem é a profa. Rebeca Alcântara Meijer?	33
3.2 - A construção do currículo afrocentrado do Curso de Pedagogia da Unilab: avanço e tensões	33
3.3 Quais os desafios encontrados ao longo do processo?	35
3.4. Como o currículo afrocentrado pode contribuir para a formação docente antirracista e para a Lei 10.639/03?	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
5. REFERÊNCIAS	39
6. ANEXOS	41

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é sobre a constituição de um currículo afrocentrado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), que promove um ensino decolonial e antirracista. Cabe salientar que o Projeto Político do Curso (PPC) do curso tem como base a Lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Essa proposta curricular promove uma formação de professores (as) com um rico conhecimento sobre a história e cultura africana e afro-brasileira para desmitificar visões e pensamentos discriminatório e preconceituosos. Esse currículo é revolucionário na medida em que reverte uma cultura branca tida como padrão estabelecida no sistema de ensino brasileiro e passa a propagar um ensino afrocentrado com conteúdo e temática que prioriza intelectuais negros (as) brasileiros (as) africanos (as), quilombolas e indígenas.

Definimos como problema de pesquisa: Como o Curso de Pedagogia da UNILAB-CE pode contribuir para uma formação de professores (as) antirracistas? Esse problema de pesquisa busca a investigar os processos e desafios que levou a UNILAB a ter um currículo capaz de capacitar professores (as) em um estudo na epistemologia da África e de suas diásporas. Também é imprescindível pontuar o objetivo geral da pesquisa, na qual consiste em demonstrar a constituição e a importância do currículo afrocentrado no curso de pedagogia da Unilab -CE. Os objetivos específicos: Consiste em entender o processo de desenvolvimento do PPC do curso de pedagogia e investigar os desafios enfrentados pelas (os) professores (as) que compuseram a comissão responsável pela construção do PPC.

Este trabalho justifica-se em um primeiro momento pelo fato de eu ter sofrido preconceito por causa da curvatura do meu cabelo. O segundo fato foi que a minha irmã de 4 anos, rejeitou uma boneca devido sua cor, alegando que era feia, porém notei que precisava intervir, justamente devido estar cursando o curso de Pedagogia que mostrou que devemos agir quando o racismo entra em ação dentro ou fora da escola. Esses dois fatos mencionados mostram a necessidade de formar pedagogos (as) com a formação voltada para um currículo afrocentrado em todas as disciplinas curriculares e para que os professores (as) saibam desenvolver aulas inclusivas desde o Ensino Fundamental ao Ensino da EJA, capaz de possibilitar aos alunos (as) um estudo que represente a

diversidade de cada indivíduo e compreendam a necessidade de respeitar a diferença do outro, agindo assim o educador promoverá um ensino igualitário e sem distinção.

As inúmeras faculdades que ofertam disciplina em finais de semana, visto que em um sábado não é o bastante para oferecer conhecimento que deveria ser em 60 horas, essa má formação concedida aos professores (as) prejudica uma educação de qualidade. Não obstante vivemos em um sistema educacional ocidental que privilegia modelos europeus como conhecimento universal fazendo com que os docentes tenham pouco contato com disciplinas que se debruce de maneira eficaz acerca da história e cultura africana.

É uma pesquisa qualitativa, com abordagem teórica da Escrivência com entrevista semiestruturadas. Buscando-se proporcionar e explorar as experiências e percepções da colaboradora, elencamos como critério entrevistar duas professoras efetivas, do curso de Pedagogia que participou da comissão que construiu a proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Inicialmente eram duas, mas tivemos retorno apenas de uma, que foi da Profa. Dra. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer¹. Desse modo, disponibilizamos um questionário, enviado por e-mail para a professora com perguntas abertas e fechadas com dois eixos: 1. Perguntas sobre a sua formação profissional e 2. Perguntas sobre a construção da proposta do PPC afrocentrado (desafios enfrentados para se chegar na proposta institucionalizada).

Quando se trata do currículo escolar voltado para a História e Cultura Afro-brasileira, deparamos com práticas educacionais ineficientes, que reforça uma educação de apagamento da história afro-brasileira. Vale aqui destacar que o sistema que rege a educação é racista, visto que priorizar conhecimento voltado ao Ocidente enquanto o saber africano é deixado de lado, uma vez tido como pensamento irracional. Dessa forma, tratam a cultura afro como algo irrelevante a ser abordado como central. Portanto, esse tema possui grande contribuição tanto para mim de modo individual como profissional pois, a partir desse tema podemos fazer reflexões em relação a nossas bases históricas e culturais, além de nós proporcionar a pensar criticamente sobre estrutura eurocêntrica que nos é exposto e a reformular o conceito de África dentro da sala de aula.

O tema em questão, trará importantes contribuições para a escola, bem como para professores (as), no sentido de contribuir para a reflexão da importância de implantar no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas alinhado à uma matriz africana para que, os estudantes reconheçam suas origens a partir de referências negras.

¹ Docente do Curso de Pedagogia da Unilab-CE.

Assim, espero que esse tema promova ao professor (a) a compreensão do quanto precisa ser discutido e explorado com os alunos (as) conteúdos africanos e afro-brasileiros e sejam estimulados e propagar o que aprendeu em sua formação com êxito e com vontade de transmitir aquilo que não teve na infância que foi um ensino étnico-racial e além disso, compreendam que descolonizar o currículo é um processo difícil e árdua, mais com engajamento e força de vontade podemos transformar a educação, onde atenda os anseios de todos.

Logo o trabalho está estruturado em falar em primeira instância sobre o que seria um currículo afrocentrado, além da Lei 10.639/03, a Formação de Professores, Um Histórico do Curso de Pedagogia da UNILAB e uma escrevivência que significa “a escrita de nós” de acordo com (Conceição Evaristo, 2022). Dessa forma, escrevo a minha experiência de vida, começando pela minha infância e o percurso vivenciado na universidade e para fechar trago resultado e o processo da criação do currículo do Curso de Pedagogia.

1. CURRÍCULO AFROCENTRADO

O Currículo afrocentrado propõe uma perspectiva histórica, cultural e filosófica africana no centro do processo educacional, já que durante muito tempo priorizou-se um currículo educacional ligado a uma perspectiva Europeu construído a partir de visão eurocêntrica, que invisibilizou até mesmo marginalizou a história e cultura africana e afrodescendentes para permanecer a cultura branca como universal a ser abordado no meio social. Quando surge essa nova proposta de um currículo afrocentrado, é justamente para sanar as lacunas que tentaram negligenciar os negros (as) no meio educacional, esse espaço gerador de pensamento estereotipados precisa estabelecer um compromisso que descolonize a visão racista em relação ao continente africano.

Além disso, o currículo afrocentrado vem quebrando os paradigmas da estrutura de poder dominante conservador, que antes era tido como central em todas as esferas sociais e como detentor de todo conhecimento epistemológico. Entretanto, esse modelo convencional só ajudava a perpetuar estigma racista que inferioriza certos grupos marginalizados, porém esse novo modelo que surgiu vem com uma proposta inovadora para ajuda reconhecer e valorizar o legado africano e suas contribuições na identidade brasileira.

Ana Paula Santos (2015, p. 8) afirma que “para se combater o racismo e poder valorizar a cultura africana, a qual compõem a brasileira é necessário que haja um profundo conhecimento histórico sobre o continente africano”. Essa falta de estudo afrocentrado e conhecimento afeta a vida de criança, jovens e adultos negros e negras, onde é possível analisar em muitos professores do ensino infantil que priorizar e dá mais atenção e admiram as crianças brancas, onde jovens sofrem preconceito da sua cor, cabelo e fenótipo e não tem uma intervenção eficiente que possibilite o respeito mútuo, já em relação os adultos faz com que pessoas pretas desistam do estudo por falta de recursos e apoio e acolhimento e de representatividade positiva. Se fomos observar o ensino da EJA a maioria dos estudantes que estudam são negros isso reflete um sistema que não desenvolveu um estudo afrocentrado, capaz de estabelecer um estudo igualitário e apoiador para população negra.

Foi pensando em modelo revolucionário que líderes negros como Molefi K. e Abdias Nascimento buscaram mostrar proposta curriculares que favorece de fato a igualdade de todos os sujeitos no ambiente educacional garantido a representatividade. O

currículo afrocentrado é um instrumento desafiador para uma promoção da cidadania, já que possibilita desmistificar e esclarecer certas lacunas sobre a cultura e história africana e afrodescendentes. Vale ainda referir-se que a educação que reconhece a pluralidade e a diversidade epistemológica do povo negro é uma pedagogia que garante equidade. Diferentemente da educação herdada da cultura branca ocidental que não quer compreender o quanto somos diversificados, portanto necessitamos de ensinamentos variados para atender os vários tipos de identidades que se encontra na escola. De acordo com Lima e Villacorta:

Podemos assegurar que o pensamento ocidental não entendi essa diversidade (de raça, gênero, sexualidade, cultura, religião, classe, idade, Deficiência física, entre outras) como parte constitutiva dos seres humanos; ou seja, o eurocentrismo impregnado nas suas ciências classificou a diversidade como negativa, como desumana, conseqüentemente, desprovida de conhecimento. (LIMA E VILLCORTA, 2020, p. 59)

O Intelectual Molefi K. Asante principal porta voz dessa educação que promoveu uma pedagogia decolonial que desestrutura a pedagogia eurocêntrica estruturada no ambiente educacional. Seu principal foco é fazer com a sociedade conheça a importância da negritude para formação da identidade brasileira, mas para que isso ocorra é preciso que o negro seja protagonista de sua história, tenha seu lugar de fala e recontar a real história da civilização. Como bem aponta Molefi (2016) “afrocentricidade é uma afirmação do lugar de sujeito dos africanos dentro de sua própria história e experiência sendo ao mesmo tempo uma rejeição da marginalidade e da alteridade.” (Molefi, 2016, p. 10). Portanto, a falta de lugar de fala que foi negado ao negro fez com o mundo compreendesse que são sujeitos irracionais sem capacidade intelectual, e mudar esse pensamento não é fácil, já que é preciso que todos trabalhem em conjunto seja na esfera política como educacional.

Outro ponto a destacar que esse novo currículo motiva os estudantes a pensar de forma crítica e empática sobre as contribuições dos africanos, ou seja, formar pessoas conscientes da história da escravidão e colonialismo e suas consequências em relação à negritude. E esse ensino, além de abrir os olhos para perceber a importância do respeito mútuo com a diversidade nos mostra caminhos para viver bem em sociedade. Algo que a educação Europeia não proporciona aos estudantes negros (as) que é uma educação inclusiva em que o negro tenha seu lugar de fala e uma representatividade que eleve a autoestima de ser negro.

A educação afrocentrada é um conceito novo que está se popularizando aos poucos no Brasil, visto que precisa que todo sistema educacional trabalhe em conjunto para impulsionar todas as instituições escolares a aplicar como está prescrito na lei. Com alteração promovida pela lei 10.639/03 que permitiu uma educação afrocentrada, essa mudança significativa nos currículos é um marco na educação. Anterior a essa lei era incomum aparecer a história da África e africanos, na formação de professores como se trabalha hoje na atualidade, seja na história infantil e nos livros didáticos dos estudantes. No entanto, existe uma necessidade na atualidade de renovar o material didático, principalmente nas formas como é retratado a escravização. O que se pode entender que o negro não aparecia como peça importante no processo da construção de nossa nação brasileira, o foco era na história que lhe subornam e inferiorizam. É por isso que a lei 10.639/03 é um marco importante para implementar o ensino e história como algo central no currículo e que além disso, facilita abordar outras dimensões da história e cultura africana.

Mediante o exposto, é preciso abordar que a Lei 10.639/03 não garante uma educação afrocentrada, para que de fato aconteça é crucial que os professores (as) mudem a postura e atitude, em prol desse novo ensino, é preciso pensar, planejar as aulas a partir desse tema que é incluir a figura negra como central, para que os (as) alunos (as) entendam sua importância na história do Brasil, assim como demais povo que ajudou nessa construção como foi o caso dos indígenas. Como Lima e Villacorta (2020) ressalta:

O papel do pedagogo e da pedagoga também serão problematizados, pois este também estão ativamente inseridos nesse processo de ensino – aprendizagem. Pois mesmo havendo uma gama de possibilidades de prática pedagógica a serem aplicadas quem as enxerga de forma ou de outra são eles e, em muitos aspectos, vão escolher se aplicam ou não. (Lima e Villacorta, 2020, p. 76)

Durante muito tempo a população africana ficou conhecida como povo sem cultura e sem conhecimento, essa ideia perpassou e predomina no mundo inteiro inclusive nas escolas, onde deveria ser um lugar que descoloniza olhares e pensamento preconceituosos só ajuda na perpetuação. A escola deveria ser o primeiro espaço a querer mudar essa visão errônea, mas o que observamos que muitos não estão interessados em desenvolver um currículo que possibilite o/a aluno/a viver esse saber epistemológico que a cultura negra nos promove.

Cabe salientar que a ciência controlada por pessoas brancas criou teorias falsas que fez com que justificasse a exploração desumana que aconteceu durante 500 anos de

escravidão. Dessa forma, empregou na sociedade que por ser negro seu destino era trabalhar como escravo e pior disso que a igreja ajudou nessa teoria falsa, já que falavam que não são seres capazes de pensar com razão, reduzindo sua capacidade, para poder explorar. Diante disso, demorou muito tempo para a ciência aceitar que negros (as) é ser humano, pois não queria perder sua superioridade, porém essa ciência que inferiorizou e subalternizou a raça preta, fez com que muitos pretos e pretas negassem sua história e sua origem para viver uma identidade que condiz como o padrão universal de conhecimento, beleza, cultura entres outras coisas.

Cabe aqui destacar, que descolonizar toda essa história “implica romper com a lógica que cria relação entre dominadores e dominados, opressores e oprimido, brancos e negros...” (OLIVEIRA,2021, p.28). Portanto, isso reque coragem, uma vez que existe resistência em aceitar a implementação dessa proposta nova, pois é uma ruptura de poder. Muitos pensam e argumentam que esses conteúdos não prepara os alunos adequadamente para mercado de trabalho.

Para complementar o debate Nilma Lino Gomes (2012) traz um discursão sobre as tensões e processo de descolonização dos currículos nas escolas que não é uma tarefa fácil. A lei 10. 639/03 é um caminho para implantar uma educação antirracista e romper o silêncio que ajuda na perpetuação discriminatória contra esse povo. Dessa forma, o Projeto Político e Pedagógico (PPP) e Projeto Pedagógico Curricular (PPC) das escolas precisa ser pensado para todas as identidades que estão inseridas nas escolas, já que muitos usam a teoria de intelectuais brancos, ao invés de pensar em uma proposta que abrange tanto intelectual negro como intelectual branco para se embasar no ensino. É pensando nisso que a escola deve promover um currículo que seja na perspectiva do leão ao invés do caçador, se a escola implantar escritores negros que desenvolve estratégia de ensino a partir do seu mundo, iremos caminhará em prol de novo mundo que possibilita a união de saber e que dessa forma irá contemplar todos os alunos.

Os pequenos avanços que tivemos no Brasil no âmbito educacional acerca de uma educação afrocentrada tem protagonista importantes como o movimento negro, é preciso que destaquemos cada vez mais importância desse movimento que mostrou para mundo sua capacidade de mudar aquilo que estava padronizado. Diante disso, a educação é reflexo da sociedade é por falta de uma educação nas relações étnico-raciais que o indivíduo branco racista e preconceituoso ver o negro em lugares hierarquizados é violentado, seja fisicamente ou psicologicamente, antes de enxergar a capacidade do negro é analisado primeiro o corpo, cor, raça e gênero. O racismo faz com que a sociedade

e a população negra pensem que se ela não está em lugares de poder não é por falta de competência ou se não chegaram em determinado lugar a culpa é deles e não do sistema e as instituições que oprime a cada dia. É diante de certos aspectos apontado anteriormente que mostra a necessidade de um currículo afrocentrada para mostrar o quanto a cultura negra, assim como sujeito negro tem competência epistemológica tão quanto o sujeito branco.

Nilma Lino Gomes (2012) diz que descolonizar é algo intenso, já que tem uma ideologia de poder, e fazer essa ruptura epistemológica na escola requer coragem. O saber africano deve ser falado em voz alta e não silenciado, essa forma de ir contra um sistema eurocêntrico vai causar tensões, divergências e conflitos. A educação é para todos, mas os conteúdos elaborados muitas vezes não levam ao conhecimento pleno, capaz de desenvolver indivíduos críticos a ponto de intervir na sociedade, a uma escassez de ensino, esse ritual pedagógico, que segundo a autora, “ele matou e violentou muitas pessoas pretas”. É diante dessa demanda que a formação de professores (as) deve estimulá-los a buscar conhecimento que consigam responder as demandas sociais e política, para assim intervir de forma positiva e abrir caminho para aqueles (as) que foi silenciado (a) e inferiorizado (a) mostrar sua capacidade intelectual que lhes foi negado (a).

No entanto, o currículo e o conhecimento estão interligados com a cultura é por isso que o currículo precisa estar em contato com a cultura popular de diversos grupos, seja ele quilombola, indígena africano, todos possuem saberes que precisa ser apresentado as crianças, jovens e adultos, pois possuem ensinamentos significativos. Dessa forma, o currículo precisa ser reescrito para mudar a visão dos professores (as) daltônicos, com visão que todos (as) os (as) alunos (as) são idênticos, que não leva em conta suas diferenças, pois ainda consta nas escolas professores com má formação no que diz respeito as relações étnico raciais.

Por fim, de acordo com José Sacristán (2013) o currículo é regulador de pessoas, como também que organiza quais conteúdo será selecionados, para serem ensinados aos alunos. É um território demarcado, regrado e negociável. Não é à toa que em cada série o aluno deve sair com determinado conhecimento, essa seleção organizada vai regularizar toda a prática didática, ou seja, os professores/as são obrigados a pautar temas que está sendo colocado para o aluno aprender. O que ainda se prioriza é uma educação mercantilista com foco na matemática e português, desvalorizando conteúdos histórico,

esse intuito faz com que os alunos não conheçam de forma geral a história do nosso Brasil, já que o tempo para essas disciplinas são curtas.

O currículo pode ser um espaço de integração de saberes e valores basta acabar com essa dicotomia que valida conhecimento. Paulino Castiano (2005) propõem que façam uma integração de ambos os mundos e o que dificulta esse processo de união de saberes foi a ideia criada que só existe uma educação que seria do Ocidente por ser constituída como saber epistemológico, diferentemente da África que seria um saber empírico. O autor nos mostra as possibilidades de mudar essa visão através da Extroversão que esse termo significa “expressar o facto de a produção científica feita na África estar, em primeira linha, orientada para a sua exportação e o seu consumo nos países desenvolvidos fora do continente” (CASTIANO, p.4 ,2005). Diante do exposto seria, produzir conhecimento feito na África para fora, justamente para mostrar a grande capacidade intelectual dessa população negra.

1.1 A LEI 10.639/2003 – COMO SURGE, QUEM PROPÔS E POR QUÊ;

A lei 10.639 /03 foi promulgada em 9 de janeiro de 2003 que alterou a lei diretrizes e bases da educação no Brasil (LDB) tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira tanto nas escolas públicas como privada do ensino fundamental e médio durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Em 2008 a LDB novamente foi alterada pela lei nº 11.645/08 que inclui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena. A fim de promover uma educação inclusiva e que combatesse o preconceito enfrentado pelo sujeito negro e indígena no ambiente escolar. Com essa nova aplicação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a escola é coagida a incorporar no currículo uma temática que aborde as relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Algo importante a destacar que essa lei não foi instituída pelo Estado por vontade própria, mas foi pressionado pelo movimento negro.

Dessa forma, para essa lei ser sancionada precisou de muita luta e mobilização por parte da Frente Negra Brasileira, para que o governo instituísse nas escolas um ensino antirracista, além de uma educação que valorizasse a história e cultura africana e seus descendentes. Diante de inúmeras discriminações e preconceito racial que vem atingindo a população negra há muitos anos, diversos movimentos sociais principalmente ao Movimento Negro Unificado (MNU) notaram a necessidade de criar uma lei que

combatesse o racismo estruturado na sociedade e promovesse uma educação justa e igualitária. Como bem aponta Domingues a seguir

As conquistas empreendidas pela FNB no terreno educacional possibilitaram a inserção condigna de alguns negros na sociedade e, ao mesmo tempo, contribuíram para o acúmulo de forças do movimento social que procurou sensibilizar o Estado e a sociedade civil da importância de construção de uma ordem étnico-racial mais justa e igualitária no país. (Domingues, 2008, p.533)

Por outro lado, em vez do Estado proporcionar uma educação ao povo negro quem faz esse papel foram algumas entidades negras que fundou escola para negritude, porém não tinha uma permanência, já que o Estado racista não ajudava nas necessidades desses espaços educacionais. Outro fator que contribuiu para essa lei foi a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) no ano 1940 que tinha como líder Abdias Nascimento que se preocupava com a alfabetização do negro, dessa forma produzia curso para classe empobrecida. Além do mais, nas realizações do primeiro congresso do teatro negro brasileiro, já se reivindicava um estudo da história do continente africano. Portanto, foi necessário muito movimento social para ter a lei 10.639/03 em toda formação dos estudantes desde o ensino infantil até a graduação.

Tendo em vista o que foi abordado no parágrafo anterior é notório os esforços por parte da frente negra para hoje termos a lei 10.639/03 nas instituições escolar. Isso nos mostra o quanto a desigualdade racial em nosso Brasil afetou a negritude. Sabemos que uma promulgação de uma lei não acontece de forma imediata, ainda mais se tratando de prática pedagógicas. Se fomos ver o contexto histórico do nascimento dessa lei foi um resultado de décadas e décadas de luta do movimento negro que permaneceu forte diante das dificuldades. Desde a década de 50 aproximadamente o movimento negro propôs proposta sistematizada aos políticos e ao governo brasileira por essa transformação nas escolas, onde incluíssem os conteúdos e anseios da população negra, mas somente aconteceu em 2003, onde conseguimos ver o currículo se modificar.

Há muitos anos no currículo escolar negligenciou a real história do povo negro e sua importância na formação da nossa identidade e esse modo como estava sendo constituído o currículo só ajudava a perpetuação do preconceito em relação ao negro. Diante disso, a lei busca valorizar a herança cultural afro-brasileira e combater o racismo e a desigualdade racial no Brasil a lei pode ser entendida como uma reparação ao dano causado pela exclusão de políticas públicas voltada aos negros no período da escravidão, além de tudo isso essa lei possibilita uma educação que empodere a população negra

promovendo um orgulho de ser negro e de suas raízes. Dessa forma a lei propôs mudanças no sistema educacional estabelecendo uma educação que debata a diversidade e a contribuição da população negra em nossa identidade, constituindo assim uma educação antirracista que contextualiza de forma crítica temas relacionados ao racismo, história da África e cultura afro-brasileira.

Discutir relações étnico-raciais é desafio presente na sociedade principalmente no âmbito escolar, mesmo sendo um país com grande diversidade ainda persiste preconceito e discriminação em relação ao negro. Existe a necessidade de uma reflexão epistemológica sobre os povos negros que durante muito tempo foram invisibilizados perante a sociedade, devido o preconceito estruturado tendo a Europa no centro como detentor de todo conhecimento e isso levou a população brasileira a obtê-la como cultura universal, já que houve o epistemicídio, ou seja, um apagamento da cultura e história africana levando a uma visão de povos sem cultura, sem conhecimento e sem história.

Como desafios para pais, educadores e todos que almejam igualdade racial e um ensino diferenciado, precisamos mostrar para cada sujeito a importância dos africanos/as na construção da identidade por meio da educação, diante disso, existe a necessidade de políticas públicas que fortaleçam as leis existentes para um ensino voltado a África como algo central a ser abordado nas instituições públicas e privadas.

Trazer esse ensino nas escolas ajudará as crianças e jovens a conhecer melhor a cultura afro-brasileira, já que vivenciamos em nosso país um período em que o negro foi usado como ferramenta de trabalho e de sexualidade, onde não podia ter uma vida autônoma, porque o homem branco era quem o mandava, ou seja como se fosse uma mercadoria tudo isso por causa da cor da pele, esses acontecimentos fez com que gera-se um preconceito em relação ao negro, dessa forma a sociedade foi hierarquizando o branco e desvalorizando o negro. Por isso que é importante esses estudos nas escolas para diminuir essa visão tão preconceituosa que temos até hoje, sabemos que o ensino da cultura africana é complexo exige que o professor se habilite nesses assuntos para repassar para alunos, esses estudos irão esclarecer a real história no negro africano e sua importância.

A lei 10.639/ 2003 obriga a inclusão da temática ligado a história e cultura afro-brasileiro nas escolas, porém se fomos observar se essa lei está vigorando nas escolas iremos ver que nem todas está ofertando de forma correta, já que a maioria só procura efetuar essa lei no dia 20 de novembro, cujo é dedicado o dia da consciência negra e pensam que fazendo isso está aplicando a lei, mas vai muito além disso, haja visto que a

história da cultura afro-brasileira e algo que precisa ser trabalhado constantemente e em só um dia durante todo período letivo não é suficiente para promover uma descolonização do pensamentos dos estudantes e portanto, é dever da instituição escolares possibilitar essa educação transformadora. Para Silva (2024)

A educação escolar tem a função de preparar os alunos para atuar como cidadãos críticos na inserção sociocultural, possibilitando a participação ativa com foco na construção e descobertas de conhecimento em meios as relações efêmeras de nosso contexto. Apresenta-se para a instituições de ensino, hoje mais do que nunca, a responsabilidade social de construir identidades necessárias para promoção da cidadania respeitando a diversidade étnico-racial e enfatizando a decolonialidade. (Silva, 2024, p.3)

Vale destacar que a lei 10.639/2003 é uma ação afirmativa que visa trazer as contribuições dos povos africana e indígena no currículo da educação brasileira, nesse sentido a lei veio para mostrar a diversidade cultural presente em nossa sociedade brasileira. É de fundamental importância, já que muitas pessoas acreditavam que essa temática era irrelevante na educação e isso torna visível que precisamos mudar esses pensamentos sobre o que é ou não importante, mais que é direito de todos conhecer a diversidades que perpassa na sociedade. A lei veio para reformular o currículo que discrimina, negligencia, subalterniza e apaga a importância do sujeito negro

2. FORMAÇÃO DOCÊNCIA

Com a implementação da Lei 10.639/03 surgiu a necessidade de formar e educadores aptos a ensinar conteúdo relacionado a história e cultura africana e afro-brasileira. A formação de professores prevista na lei 10.639/03 assegura a formação inicial e continuada para que se aproprie de conteúdos étnico-raciais, a fim de contribuir para descolonização dos pensamentos com o intuito diminuir o preconceito e discriminação racial. Como aponta no Plano Nacional de Implementação Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (2013) a seguir:

De acordo o parecer CNE/CP nº 03/2004, as instituições de educação superior devem elaborar uma pedagogia antirracista e antidiscriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação. (BRASIL,2013, p.)

A formação de professores, deve ser pensada como forma de abranger uma educação que vejam a necessidade de proporcionar aos alunos um ensino inclusivo, capaz de abrir os olhos dos estudantes para que possam entender todo contexto histórico que levaram a sociedade de ser racista. Precisamos de formação que tenha como intuito de desenvolver uma educação que seja capaz de combater o racismo e que leve todos os alunos a reconhecer e valorizar as contribuições africanas e afro-brasileira na sociedade brasileira.

Nesse ano a Lei 10.639/03 completou 20 anos de sua implementação, mas parece que não faz muito tempo, devido a ineficiência que acontece no atual momento, um desse problema e a formação de professores inadequada, já que ainda possuem Faculdades e Universidades que não possui currículo que abrange uma educação antirracista como pede a lei. Uns dos fatos que dificulta essa formação de qualidade é resistência por parte dos gestores educacionais que não busca implementar em seus currículos essa educação transformadora. É nítido que essa formação ainda enfrenta desafios em termo de aplicação nas escolas das redes municipais, estaduais e federais. O que percebemos sobre as escolas de hoje é que elas não atendem as demandas sociais e se não atende, logo continuará a permanencia de certos empecilhos sociais. Conforme Silva (2024) que fala que a educação:

Atual enfrenta esse grande desafio de constituir-se em espaço fomentador de relações éticas e sociais em que essas diferenças sejam tomadas como um elemento de uma rica experiência da miscigenação nacional. Cabe ao sistema de ensino professor não só assegurar, mas prover condições para se efetivar essas políticas. Anterior tudo isso se coloca cada instituição de ensino superior (IES) como a responsável pela formação docente, como espaço em que não se pode admitir ausência de uma consciência social sobre negros e indígena como fruto de estudo, debates, discussões. (Silva, 2024, p 12)

Existe a necessidade de as instituições formadoras implementarem nos seus currículos a temática da História e Cultura Afro-brasileiro e indígena como pede a lei 10.639\03 para proporcionar um ensino que represente os estudantes negro(as) inserido nas escolas, esse ensino que foi apagado e silenciado pela cultura racista. Só que a branquitude não deram conta que os negros (as) renasceriam mais fortes, lutando pelo seu lugar que foi negado. A lei citada acima é umas das vitórias alcançadas pela luta que está apenas começando. Sabemos que se permanecer nas escolas o modelo da Revolução Industrial, com padrão eurocêntrico no currículo, a discriminação e o preconceito não irão desaparecer.

Assim, é com a formação dos professores que precisa ser respaldada em estudo étnico raciais, justamente para que entendam que são eles que faz a diferença para termos uma educação igualitária de crianças pretas e brancas. É por isso que é necessário que os educadores compreendam que são agentes construtores de saber e que tem a capacidade de mudar a visão do mundo dos educandos.

É notório destacar que o racismo é decorrente de uma estrutura social desigual, estruturada ao longo do tempo e fruto de um sistema escravagista. Diante disso, a uma hipótese que indica o que causa esse impacto negativamente no corpo social, é justamente a ausência de formação de professores ou uma formação deficitária que não estimula uma consciência da necessidade da implantação dessa diretriz. Mais vale destacar que não é só culpa dos profissionais da educação mais também da falta de investimento no desenvolvimento profissional dos (as) professores (as), para que pesquise e estude mais sobre esse conteúdo tão pertinente.

Outra questão que pontuo para a limitação da aplicabilidade da referida Lei são as subjetividades de cada docentes marcadas pelo racismo, onde muitos falam que racismo não existe. Então o que se parece que tem uma questão subjetiva de resistência na implementação da lei que precisa se revistar. Enquanto uma parte dos (as) professores (as) não compreender a necessidade e a urgência de trabalhar a educação para relações étnicos raciais essa inclusão será difícil é preciso haver esse desejo de reconhecer de que

temos um problema e que esse problema não é das pessoas negras é um problema de todos. No estudo de Mauro e Wilma aborda a seguir:

O desenvolvimento profissional se concretiza na responsabilidade do próprio professor com a sua formação, de modo a dar conta das demandas da Escola. Já o comprometimento com a aprendizagem se dá pelo reconhecimento de princípios estabelecidos pelas diretrizes, e não na sua discussão e reflexão. (Coelho, M e Coelho, W, 2021, p 7)

Esse impasse é estrutural e institucional que precisa ser encarado por todo corpo social, sendo assim os professores (as) são chamados (as) a lutar a combater o racismo, trabalhando com novas referências para crianças, jovens e adultos que perpassam pela escola. Quando falo essas novas referências é trazer novos subsídios educacionais que compeli aos alunos entender que o negro é intelectual e que produz conhecimento assim como o sujeito branco.

Estamos acostumados (as) a ver conteúdos que só leva a perpetuação do racismo, onde muitos professore (as) não tiveram uma formação necessária sobre a história da escravidão e todo o percurso que levaram o negro ser tão maltratados pela elite branca. Essa formação deficitária faz com que educadores não saiba trabalhar com temas das relações étnico-raciais para combate à discriminação e o preconceito, como também entender que em todas as disciplinas curriculares pode trabalhar esses temas. O que se percebe é as instituições ajuda a permanecer do racismo. Luiz Almeida (2019) fala bem a seguir sobre isso:

Se é correta a afirmação de que as instituições são a materialização das determinações formais da vida social, pode se tirar duas conclusões:

- a) Instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento do indivíduo, resultam dos conflitos das lutas pelo monopólio do poder social;
- b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si conflito existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição. (Almeida, 2019, p.27)

Legalmente o Brasil deu pequenos passos históricos na educação das relações étnico- raciais, onde possibilitou uma educação antirracista, porém uma pequena parcela das escolas avançou no comprimento da aplicação da lei que é de suma importância para tratar do racismo estrutural. Uns dos fatos que dificulta essa implantação em todas as escolas, são os sujeitos racistas que ocupam esse lugar de poder, que não tem o interesse

e a vontade de obrigar a implantação dos conteúdos antirracista, já que possui pensamento egocêntrico e preconceituoso acerca do saber africano e que busca a permanência dos conteúdos europeus para permanecer a cultura do branca como universal.

Outro ponto que faz com que muitos professores não apliquem conteúdos étnicos raciais é por não se sentirem capaz proporcionar uma experiência educacional antirracista, muitas das vezes por não adquiriram competências em suas formações, já que tem muitos (as) professores (as) que foram formados antes da lei torna-se obrigatório, ou por parte da faculdade de não oferta um ensino com qualidade na área. É preciso que os curso de formação de professores seja baseado no repertório africano para que alinhe a diversidade e as relações étnicos raciais com segurança na sala de aula.

Os professores precisam entender alguns conceitos básicos do que seria raça, branquitude, o que é racismo estrutural e como ele impacta nas vidas das crianças negras, então são conceitos que muitos professores não se apropriam, por conta de como era montado os cursos formação de professores até bem pouco tempo atrás. Tem alguns conceitos que vão subsidiar a prática do professor, na qual não podemos abrir mão que são tema étnicos - raciais em uma perspectiva crítica e que seja capaz de compreender o que é racismo e como se manifesta em nossa sociedade e o que se significa ser negro e ser branco em nosso país. Conforme aponta Coelho (2018)

Para tanto, é necessário que a reflexão sobre a formação de professores e relações étnico-raciais e suas implicações no combate ao racismo sejam amplamente discutidas como um fator estruturante dos processos de formação e não como questões acessórias que podem ser vencidas por meio de uma disciplina, um evento ou cursos eventuais. (Coelho, 2018, p. 113)

A formação continuada de professores deveria olhar para os aspectos conceituais da afrocentricidade para fomenta o conhecimento do educador, o segundo aspecto seria as secretarias da educação fornecer livros de autores negros, brinquedos diversificados e formação de professores de qualidade, para garantir uma aprendizagem significativa. É preciso que sistemas ajude os professores a realizar o trabalho com êxito, não dá para aposta só no professor como único responsáveis para implantar a lei 10.639 é crucial a rede de ensino dá esses subsídios, para que consigam efetivar diariamente no dia a dia das crianças.

2.1 CURSO DE PEDAGOGIA

A universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma instituição federal que recebe alunos brasileiros e da África que falam português nas quais são Angola, Cabo verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. A UNILAB fica localizada no interior do Ceará no município de Redenção criada pela lei nº 12.289\2010 em 10 de janeiro de 2010, que oferta diversos cursos de forma gratuita para diversos públicos. A professora doutora Rebeca de Alcântara e Silva Meijer teve o privilégio de construir o PPC do curso de pedagogia com um objetivo de ser afrocentrado com base epistemológico no saber africano. A universidade garante estratégias para promoção de equidade racial em sala de aula, como também metodologias com foco aos africanos e seus descendentes e as disciplinas interdisciplinares que se interagem entre si.

O curso de pedagogia da UNILAB atende as diretrizes curriculares Nacionais para educação das relações Étnico – Raciais, já que tem o objetivo de formar professores antirracista e anticolonial com riquíssimo conhecimento sobre a história e cultura africana e afro-brasileira para promover uma descolonização dos pensamentos errôneos que leva ao preconceito e discriminação ao negro. As reflexões epistemológicas sobre a África estabelecida na UNILAB leva o (a) pedagogo (a) a ter uma visão ampla de todo o processo de escravidão e de como proporcionar aos discentes a descolonização de suas percepções racistas. Pensando em uma formação afrocêntrica desenvolveram como principal objetivo do curso de Licenciatura em Pedagogia:

Formar para o exercício da pedagogia, no sentido da produção e disseminação de conhecimento, na perspectiva de uma epistemologia da África e de sua diáspora, antirracista e anti-colonial, promotora da efetiva valorização dos saberes científicos e ancestrais, com ênfase nos países que compõem a Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, PPC do curso de Pedagogia, 2024, p. 28)

Espera-se, com isso, que os professores implantem em suas práticas pedagógicas um estudo descolonizador, assim em uma perspectiva afrocêntrica com foco na África na sala de aula e espera que não seja somente no Dia da Consciência Negra. Diversas componentes curriculares do curso de pedagogia abordam conteúdo que valoriza a cultura e história africana e afro-brasileira e mostra diversas formas que como podemos combater o racismo na escola, além de vivenciar a cultura e costumes dos africanos. O currículo da

UNILAB tem o compromisso de levar em conta a realidade dos discentes seja de modo local, nacional e internacional, justamente porque temos educandos Internacional. Conforme, essa lógica desenvolveram os principais princípios curriculares orientadores do curso baseado na:

- Aplicação da Lei 10.639/03 e 11.645/08;
- Valorização do corpo e da realidade;
- Valorização da ancestralidade africana;
- Conceito de currículos expandidos pelas lutas antirracismo no âmbito global e nos lugares, unidade na diversidade e os currículos dos lugares;
- Reconhecimento da história comum dos povos da África e da Diáspora
- Pertinência e relevância social da formação para o desenvolvimento social, político, econômico e filosófico, dos países da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira numa perspectiva de transformação equitativa e ecologicamente sustentável, respeitosa dos valores comunitários ancestrais atualizados pela modernidade em curso;
- Respeito e valorização das diferenças e das diversidades culturais;
- Formação crítico-reflexiva ancorada na dialogicidade;
- Relação teoria-prática: Articulação dos conhecimentos teóricos, com os saberes construídos na prática social, cultural, política e profissional;
- Integração entre ensino, pesquisa e extensão forma de conhecimento e de intervenção na realidade social;
- Interdisciplinaridade e circularidade dos saberes;
- Currículo decolonial;
- A pesquisa como princípio educativo; como
- O desenvolvimento social, político, econômico e filosófico, dos países da 46 Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira numa perspectiva de transformação equitativa e ecologicamente sustentável, respeitosa dos valores comunitários ancestrais atualizados pela modernidade em curso;
- Promoção da integração entre os alunos e as alunas das diversas nacionalidades e etnias representadas, respeitando a diversidade cultural a partir de um currículo em diálogo constante com as especificidades internas aos países da Integração e deles entre si.
- Valorização do trabalho pedagógico é o foco formativo do profissional da educação, tanto em espaços escolares quanto não escolares; (UNILAB, PPC do curso de Pedagogia, 2024, p. 48)

Diante do exposto, pode entender que a Unilab promove projetos e iniciativas com intuito de ações as comunidades quilombolas e tradicionais, além das parcerias internacionais com países africanos de língua portuguesa, como também incentivo à produção de conhecimento acadêmico sobre a África e seus descendentes para que os discentes que nela ingressam propiciar conteúdos pedagógicos antirracista para os alunos do infantil, o fundamental e EJA. Então, os (as) pedagogos (as) têm a missão de levar os conhecimentos adquiridos na universidade para escola, entretanto, a UNILAB fornece uma formação de alta qualidade a maioria das disciplinas ofertadas proporcionam aos estudantes altas reflexões da importância do currículo afrocentrado. Cabe destacar que a não implantação do conteúdo voltado a essa temática tão importante para as crianças e

jovens negros (as) e brancos (as) não foi por falta de conhecimento e formação, mas por não enxergar e compreender a importância do estudo nas relações étnico-raciais na vida dos sujeitos negros.

Os pedagogos (as) da Universidade aprendem a exaltar os negros (as) mostrando que eles ocupam lugar de poder na sociedade, que expõem livros para leitura de escritores negros, que debatem que foram grandes lutadores de uma educação afrocêntrica entre diversas outras coisas. A forma como certas coisas são apresentadas interfere na forma como outro vai interpretar, seja de modo bom ou ruim é por isso que se deve centralizar nos currículos escolares a Lei 10.639/03 para que seja cotidianamente discorrido para os alunos entender o porquê tudo isso ocorreu com negro.

Outro ponto importante, é que de acordo com o PPC do Curso de Pedagogia carga horária que as (os) discentes, de acordo com a Resolução precisam cumprir 3.200 hs distribuídas em matriz curricular semestral com tempo mínimo de 4 anos. Nessa carga horária já estão incluídas, atividades de extensões com 10% de sua carga horária. As (os) discentes deverão cumprir 240 horas referente ao Núcleo Comum e 420 horas referente ao Núcleo Obrigatório de conhecimento em Humanidade que totaliza 660 horas a tabela a seguir demonstras as disciplinas curriculares: Nos quadros abaixo.

Fluxo integralização curricular (GRUPOS I, II e III)

Tabela 1 – Componentes Base comum- Conhecimentos científicos, educacional e pedagógicos

GRUPO 1	Componente Curricular	CH	Semestre
Base comum- Conhecimentos científicos, educacional e pedagógicos	Inserção à Vida Universitária	15	1º
	Sociedades, diferenças e direitos humanos nos espaços lusófonos	60	1º
	Leitura e Produção de Texto I	60	1º
	Leitura e Produção de Texto II	60	1º
	Iniciação ao pensamento científico: problematizações e epistemologias	45	1º
	Experiência, prática e significado	60	2º
	Expressões artísticas e estéticas contemporâneas	60	2º
	Estrutura e relação social	60	2º
	Estudos das performances culturais	60	2º
	Linguagem, pensamento crítico e interculturalidade	60	2º
	Identidade e poder	60	2º
	Território e poder	60	2º
	Filosofia da ancestralidade	60	3º
	Antropologia e Sociologia da Educação nos países da integração	60	3º

História da educação nos países da integração	60	3º
Fundamentos Teóricos e Práticos da Capoeira e do Samba e o Ensino de Ginga	90	3º
Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem	90	3º
Total de Carga horária do Grupo I - Base Comum – Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos	1.020h	

Tabela 2 – Conteúdos Específicos

Grupo II	Componente Curricular	CH	Semestre
Conteúdos Específicos	Organização da Educação Básica nos Países da Integração	60	4º
	Língua brasileira de sinais – LIBRAS	60	4º
	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva nos países da integração	60	4º
	Educação, Gênero e Sexualidades nos países da Integração	60	4º
	Literatura Negra e Educação: poéticas e práticas afrocentradas	60	4º
	Didática nos países da integração	90	5º
	Educação escolar Quilombola	60	5º
	Educação Infantil nos países da integração	90	5º
	Metodologia de pesquisa em educação nos países da integração	60	5º
	Fundamentos da Gestão Educacional nos Países da Integração	60	5º
	AfroLetramento e Bilinguismo na Educação Básica nos Países da Integração	90	6º
	Políticas educacionais curriculares e descolonização dos currículos nos países da integração	60	6º
	Ensino da Etnomatemática nos países da integração	60	6º
	Educação de Jovens e Adultos nos países da integração	60	6º
	Manifestações Culturais e Religiosas Africanas e Afro-Brasileira	60	7º
	Ensino da Arte africana e afro-brasileira	60	7º
	Ensino das ciências naturais nos países da integração	60	7º
	Ensino da História e Geografia nos países da integração	60	7º
	Trabalho de Conclusão de Curso I	105	7º
	Autobiografia e Educação	60	8º
	Pesquisa e prática da atuação do Pedagogo/a em ambientes não escolares nos países da integração	60	8º
	Educação Escolar Indígena	60	8º
	Trabalho de Conclusão do curso II	105	8º
Total de Carga	1.560h		

Tabela 3 – Prática Pedagógica, distribuídas em Prática como Componente Curricular (PCC) e Prática de Estágio

Grupo III	Componente Curricular	Carga horária	Semestre
Prática Pedagógica, distribuídas em Prática como Componente Curricular (PCC) e Prática de Estágio	Estágio em Educação Infantil	105h	6º
	Estágio em Gestão Educacional nos países da integração	105h	7º
	Estágio nos anos iniciais do ensino fundamental nos países da integração	105h	8º
	Estágio em Educação de Jovens e Adultos nos países da integração	105h	8º
	Subtotal – Grupo III – Estágios	420h	
	Subtotal - Grupo III - Prática como Componente Curricular (A Prática como Componente Curricular (PCC) está contemplada em disciplinas do Grupo I e II)	435h	
	Total - Grupo III - Prática Pedagógica (A Prática como Componente Curricular (PCC) está contemplada em disciplinas do Grupo I e II)	855h.	
	CARGA HORÁRIA MÍNIMA EM ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200h	
	CARGA HORÁRIA TOTAL	3200h	

Em síntese, as disciplinas curriculares priorizam uma prática interdisciplinar que é atravessada a partir do saber africano e suas diásporas para possibilitar a (ao) pedagoga (o) um conhecimento e uma compreensão da história e cultura africana para descolonizar corpos e mentes, como afirma bell hooks.

Portanto, conforme o PPC o Grupo I: são 800 horas para conhecer os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos. Já o Grupo II: são 1600 horas para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e os objetivos de conhecimento da BNCC. E por último o Grupo III: que são 800 horas, para a prática pedagógica, na qual é distribuída 400 horas para estágio supervisionado nas escolas e 400 horas para prática das componentes curriculares do grupo I e II.

2.2 -RELATO DE EXPERINCIA: PRIMEIRO CONTATO COM A UNILAB

Sou Maria Suzana Barroso Silva, atualmente moro em Acarape no bairro de Carro Atolado. No ensino básico não tive conteúdos voltados ao povo negro, me lembro das histórias sobre a escravidão, induzindo a pensar que negros (as) eram seres irracionais, sujeitos sem culturas, além disso que o Brasil era um país pobre rodeados de doença. Hoje posso ver que faltou livros, contato com autoras (es) negras (os), a falta dessa literatura, bibliografias só reforçou a ideia da incapacidade intelectual do povo negro.

No ensino médio também tive ausência dessa temática. As aulas de história subalternizavam o continente africano era a mesma temática do ensino fundamental. Lembro-me somente de um escritor negro debatido no ensino médio que foi Machado de Assis e que ainda passou a ser embranquecido pela elite branca, suas fotos perpassam nos livros com cor clara, para que a sociedade não notasse que era homem preto com grande capacidade de pensar racional. Isso nos faz perceber como a sociedade é racista por falta de informação, preparação educacional e somente fui saber disso após entrar na universidade.

Em 2018 ingressei na UNILAB, aqui me deparei com Componentes Curriculares voltados para o continente africano e para os povos africanos, algo que não tinha costume de ver ao longo de minha passagem pela educação básica de forma contínua como ocorre na UNILAB. Tanto nos anos iniciais como fundamental e médio algo raro de ser abordado somente na disciplina de história havia breve relatos rasos sobre a escravidão, mas sempre mostrando o negro em lugar subalternizado e comparando a seres irracionais. Cada componente cursada no BHU me fez ver que todo ensino obtido em relação os africanos e seus descendentes foram omissos e mentirosos. No entanto, algo que não percebia era o porquê de tudo isso, somente consegui ver as entre linhas quando foi exposto as lacunas dos conteúdos pelas (os) professores (as) da UNILAB e foi a partir disso que iniciou meu interesse pelo tema.

No curso de Pedagogia perpassei por outras componentes que fomentou ainda mais meu interesse pela temática, pois percebi os motivos da aplicação da Lei 10.639/03, assim como as causas de um currículo eurocêntrico na vida dos estudantes negros, conheci livros, contos e histórias com personagens negros(as) e de escritores negros(as), além de como o racismo opera na vida da negritude entre vários outros pontos. Vivencie na prática através da **Componentes de Estágios dos Anos Iniciais**, com a Profa. *Rebeca Alcântara* com a *Fabiola Tavares* no **Estágio no Ensino Infantil** e com a Prof. *Luís*

Ferreira no **Estágio em EJA** as causas dessa falta de temática no chão da sala sobre as relações étnico-raciais. Através dessa experiência na escola me fez ver o quanto a formação de professores possui carência nessa temática, como também identifiquei a falta de interesse em aplicar a Lei 10.639/03 para exaltar a identidade negra e diminuir os estigmas errôneos.

Convém salientar, que a disciplina de estágio dos anos iniciais na qual executei foi realizada entre os meses de agosto a novembro, foi bem no período dedicado a consciência negra que tive a oportunidade de analisar as práticas pedagógicas trabalhadas pelos (as) professores (as), cujo era de maneira rasa sem uma fundamentação teórica que levasse os alunos a compreender a importância do negro em nossa sociedade. A ponto de se conscientizar sobre a necessidade de respeitar a diversidade. O que se pode entender de tudo isso que precisamos de formações de professores nessa temática, e que as secretarias educacionais se conscientizem em primeiro lugar dessa necessidade para promover qualificações que leve o (a) professor (a) a desenvolver um ensino significativo e com retornos positivos por parte dos alunos.

Outra disciplina que me chamou atenção foi **Políticas Públicas Educacionais Curriculares E Descolonização Dos Currículos** com o Prof. *Evaldo Ribeiro* que aborda que o currículo escolar consta os principais conhecimentos, competências e habilidades que serão perpassados para os alunos aprenderem e é nesse currículo que cada professores terá como norte para planejar as aulas. Os problemas da maioria dos currículos escolares que se baseiam em teoria de escritores brancos, priorizando assuntos que não ajuda em uma educação igualitária que propôs um estudo afrocêntrico. No entanto, essa componente me mostrou que currículo é poder e é por isso que tais conteúdo é priorizados e outros não. A educadores que busca implantar uma educação egocêntrica em vez de uma educação que trabalhe a diversidade.

Outra componente foi **Educação e Literatura Negra: Potencialidade Pedagógicas em Narrativas, Mitos, Fábulas e Contos Africanos e Afro-brasileiro**, com a Profa. *Jacqueline Costa*, minha orientadora, que com uma ementa decolonial, feminista e afrocentrada, me possibilitou o contato com várias escritoras negras e instrumentos de leituras que auxiliam a formular planos de aulas afrocentrados, me mostrou que temos a capacidade de realizar aulas com conteúdo que descolonizam o pensamento.

Portanto, todas essas componentes me incentivaram a repensar a formação de professores, já que são a peça fundamental para propagar equidade para todos os

educandos, mas somente conseguira se tiver uma capacitação de qualidade na temática da relações étnico-raciais e se sentirem tocados e interessados a disseminar essa educação transformadora que ensina a respeitar a diversidade e conhecer novos horizontes que foram negligenciados que são a Cultura e História Africana e Afro-Brasileira.

Portanto, foram essas vivências na Universidade que me instigou a trabalhar com esse tema. No requisito pessoal que me levou a trabalhar com a formação de professores na Lei 10.639/03 foi pelo motivo que levou a lizar meus cabelos com 12 anos, meus colegas mangavam do meu cabelo dizendo que era cabelo de bombril e muitas das vezes os professores viam e não fazia nada, ou seja, não sabiam intervir de forma que compreendesse que aquilo era preconceito, muitos entendiam como brincadeira mandava eu não ligar para que eles falam. Mas isso era difícil e isso ocasionou a mim a lizar meu cabelo para se adequar no padrão da cultura branca que são os cabelos lizo, essa falta de intervenção e estímulos positivos acerca do meu cabelo fez negar minha identidade.

Outro ponto, que levou foi devido minha irmã de 4 anos rejeitar uma boneca preta, dizendo que a boneca era suja e feia devido a sua cor, quando isso aconteceu, logo veio na minha mente que precisava intervir nessa forma como ela estava pensando. Foi preciso sentar-se com ela explicar que não estava suja era sua cor, e que era mesma cor do seu pai e todos os dias brincava com ela dizendo que queria a boneca preta porque ela é a mais linda de todas.

Dessa maneira, de tanto dizer que era linda chegou o dia que ela disse hoje eu que vou brincar com ela e para mim foi muito satisfatório, pois ela passou a brincar todos os dias com a boneca. E diante de tudo isso indaguei será que interveria dessa forma se não estivesse estudando na UNILAB? Bem provável que não, pois fio a universidade que me fez compreender a importância de respeitar a diferença e de identificar o que é racismo e a necessidade de intervir. Durante a minha infância não conseguia identificar o que sofria era racismo, porém as crianças de hoje saberão, mas somente se professor(a) debater discutir as relações étnicos- raciais.

Para finalizar, esses dois episódios citados acima, demonstra o quanto é preciso os educadores se apropriarem desse saber para poder disseminar. No entanto, se a secretaria municipal e Estadual não qualificar os docentes por meio da formação continuada não vão conseguir ter uma postura antirracista, foi no caso dos meus professores, cujo não promoveu prática que mostrasse a potencialidade negra sobre seu intelectual, fenótipo e cultura para temos orgulhos de ser negros (as) e de ter traços negros.

Cabe destacar, que não foram suas culpas, pois em sua formação não tinha disciplina ligado a lei 10.639\03, diferentemente dos dias atuais, que além de ter muitos de forma superficial e com pouco tempo. Portanto, quem conseguiu ter contanto com temática, resta querer mostrar para os educandos o pouco que aprendeu e fazer a diferença na vida da negritude.

3. A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO AFROCENTRADO NO CURSO DE PEDAGOGIA

Escolhemos dialogar nesta fase da pesquisa com duas professoras que fomos informadas que fizeram parte do processo de construção do currículo afrocentrado do Curso de Pedagogia² da Unilab no estado Ceará. Fizemos contato com as duas professoras e tivemos resposta da Profa. Dra. Rebeca Alcântara Meijer. Ficamos muito felizes de contar com a colaboração da professora, que nos trouxe informações importantíssimas sobre a construção do currículo Afrocentrado no curso de Pedagogia da Unilab Ceará.

3.1 Quem é a profa. Rebeca Alcântara Meijer?

É uma professora negra, que nasceu no ano de 1972, em Fortaleza. Ingressou na graduação em 1997 e concluiu em 2003. Iniciou sua pesquisa de mestrado em Educação que teve como título, *“A menina e o erê nas viagens ao ser negro, uma pesquisa sociopoética com educadores em formação”* iniciou em 2004 e finalizou em 2006 pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em educação com tema de tese *“A valorização da cosmovisão africana na escola: uma pesquisa formação com professoras piauienses”* pela mesma universidade. Atuou como professora substituta no ensino superior na universidade em 2008 e 2009 na UFC, se efetivou como professora na Universidade Federal do Piauí (UFPI) de 2010 a 2012. Desde 2014 é professora na UNILAB.

3.2 - A construção do currículo afrocentrado do Curso de Pedagogia da Unilab: avanço e tensões.

De acordo com relato da Profa. Rebeca, ela veio redistribuída da UFPI a pedido de Nilma Lino Gomes³ para compor a comissão de elaboração do PPC do curso de pedagogia da UNILAB. Ela veio com uma missão, a de contribuir na construção do currículo da universidade, ao chegar na UNILAB se deparou com grupo que defendia uma proposta de uma pedagogia Waldorf, que segundo ela, trata-se de uma pedagogia

³ Que à época era reitora *pro tempori* da Unilab.

eurocêntrica com viés de um filósofo austríaco Rudolf Steiner e de outro lado, um grupo que apoiava a perspectiva afrocentrada.

Segundo a profa. Rebeca sobre a construção do currículo afrocentrado, segundo ela, disse que foi redistribuída da Universidade UFPI para a UNILAB a pedido da professora Nilma Lino Gomes para compor a comissão de elaboração do PPC do curso de pedagogia do Ceará. No seu interior existia duas opiniões, quem defendesse uma pedagogia Waldorf e a pedagogia afrocentrada. Foi desgastante e desafiador conseguir elaborar o curso em perspectiva afrocentrada em razão desses membros que, mesmo conscientes da proposta e da missão da Unilab argumentavam que deveria se estabelecer um curso de pedagogia intercultural com esteio na pedagogia waldorf. Foi então que solicitei o reforço da UFC portariando a professora Sandra Petit, que foi minha orientadora, para compor a comissão. Além disso compuseram também dois mestres de capoeira, mestre Armandinho e mestres Magnata que nos ajudaram a pensar a circularidade, a copeira, a corporeidade no contexto curricular. (Relato de Rebeca A. Meijer, 52 anos, profa. do curso de Pedagogia da Unilab-Cé)

Após ler o relato da Profa. Rebeca, constato que, a UNILAB já nasceu com o objetivo de reparar os danos de um longo passado de silenciamento e apagamento da população negra nos currículos. Mesmo sabendo o real motivo a qual foi pensada, tentou-se alterar sua proposta, ao perceber isso a Profa. Rebeca e o grupo de professores (as) não mediram esforços e acionou e convidou sua orientadora do doutorado Profa. Dra. Sandra Petit, dois mestres de capoeira, mestre Armandinho e mestre Magnata para fortalecer a proposta que se aproximava com os objetivos do curso. Em sua fala diz que foi desgastante, já que para que aceitassem uma proposta afrocentrada foi preciso mostrar e dizer o porquê era importante, diferentemente do conteúdo eurocêntrico, cujo não precisa se justificar se é bom ou ruim.

Convém lembrar que criação da comissão de estudo, além da formulação até a aprovação da proposta, segundo a Profa. Rebeca levou um tempo de nove meses. Além dela e da Profa. Sandra Petit, fizeram parte da comissão os (as) Profs. (as), Carlindo Fausto, Jeannette Ramos e Ivan Maia para pensar os principais traços africanos, tais como circularidade, a capoeira, a corporeidade no contexto curricular para compor o currículo. De acordo com sua fala é notório observar a luta que foi travada para derrubar a ideia de um currículo eurocêntrico que se manter no poder a todo custo.

Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2012), antes mesmo dela assumir o cargo de reitora da Unilab, no texto *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*, ela fala que descolonizar é dificultoso na medida em que o conteúdo é mais importante que o conhecimento, ela destaca ainda que quando se trata de descolonizar

não existe diálogo porque não que renunciar ao privilégio, dessa forma quando começa a discutir sobre alteridade do currículo afrocentrado o sujeito é violentado.

3.3 Quais os desafios encontrados ao longo do processo?

Ao responder essa pergunta, a Profa. Rebeca, compara os desafios enfrentados à “*briga epistemológica*”. A defesa de currículo afrocentrado é um grande desafio uma vez que é processo intenso, como afirma Nilma Lino Gomes (2012). Ela foi reitora da UNILAB entre os anos de 2013 e 2014, ela veio com grande desafio de coordenar uma Instituição Federal, com uma proposta diferente das demais instituições brasileiras. A Profa. Nilma Lino Gome, nasceu em Belo Horizonte (Minas Gerais), é uma pesquisadora reconhecida por lutar em prol a promoção da igualdade racial no Brasil e uma educação inclusiva foi a primeira mulher negra a ocupar a reitoria da UNILAB em 2015 e deixou esse cargo para assumir o ministério da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial da Presidência Pública (SEPPIR\PR).

Professora Nilma em 2012 já falava da mudança do currículo no Brasil e em 2013 como reitora teve a oportunidade de realizar esse desafio, uma vez que a promulgação da Lei 10.639/03, que sustenta essa mudança. Entendemos que o racismo está muito presente nas instituições de ensino (básica e superior), dessa forma reestruturar esse ensino racista era mais que urgente, era necessário. Assim, é crucial desenvolver PPCs em escolas e universidades comprometido com a equidade, a fim de formar cidadãos que reconheça que a superação do racismo é dever de todos (as) nós.

Portanto, precisamos lutar em prol uma educação democrática, porém precisamos formar professores (as) respaldados (as) em uma educação antirracista, para que essa mudança se concretize. É necessário ir além reconhecer a ausência de intelectuais negras e negros nos currículos, é primordial criar uma rede antirracista na educação lutar contra as barreiras e muralhas do racismo para descolonizar um sistema eurocêntrico.

3.4. Como o currículo afrocentrado pode contribuir para a formação docente antirracista e para a Lei 10.639/03?

De acordo, a Profa. Rebeca o currículo afrocentrado da UNILAB promove uma perspectiva antirracista e decolonial ainda destaca que a componente curricular da Didática nos países da integração na qual leciona foi apresentada em um simpósio recentemente pelo Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) um

movimento que realiza para divulgar pesquisa, estudos sobre as didáticas seja das escolas como universidade.

O currículo afrocentrado tem como eixo a formação do pedagogo/a em perspectiva antirracista, decolonial desde a afrocentricidade. Recentemente no ENDIPE 2024, a disciplina de didática nos países da integração do curso de pedagogia foi apresentada em um simpósio como inovadora por ter a perspectiva afrocentrada. Sugerimos à comissão o termo nos países da integração para várias componentes curriculares no sentido de considerar o pertencimento dos países na construção da identidade profissional docente, o que vem dando certo. (Relato de Rebeca A. Meijer, 52 anos, profa. do curso de Pedagogia da Unilab-CE)

Diante de seu relato, é possível constatar as componentes do curso que proporcionam aos discentes conteúdos que atendem a Lei 10.639/03, que possibilita uma consciência crítica sobre o racismo e meios de desenvolver uma didática comprometida a trabalhar com a educação das relações étnico-raciais.

Portanto, descolonizar requer coragem e decisão política como diz e fez a Profa. e reitora da Profa. Nilma Lino Gomes, dando a missão aos (as) Profs. (as) Rebeca Meijer, Sandra Petit, Carlindo Fausto, Jeannette Ramos e Ivan Maia que defenderam e acreditaram que era possível o conhecimento epistemológico africano ser materializado no PPC do curso de pedagogia da Unilab. Mesmo sendo universidade preta, com estudantes pretos (as) com uma missão afrocentrada ainda tentaram mudar a perspectiva do currículo afrocentrado para Waldorf. Contudo, quando a negritude se reúne em conjunto faz a diferença onde passa, pois estão constantemente lutando pela educação que lhes foi negado, assim como lugar de poder. O resultado do currículo da UNILAB resume essa força e quão grande é o conhecimento epistemológico africano e quanto possui alteridade para uma educação igualitária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, pode-se concluir que o curso de pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), mesmo sendo uma universidade de maioria negra e com o propósito de ter como proposta para a formação docente, uma formação afrocentrada, correu o risco de ter um currículo eurocêntrico, mais com a luta e determinação dos (as) professores (as) hoje temos um currículo afrocentrado que é uma realidade significante. Precisamos de professores assim, que lutem para implementarem no PPPs das escolas um currículo antirracista em todas as disciplinas e não somente na disciplina ligado a história.

A educação é e deve continuar sendo uma forma de mudança de vida, abrindo espaço para a diversidade, pois sabemos que não existe um único saber, cada sujeito constrói seu próprio caminho e essa construção deve ir na contramão do racismo, da indiferença e da escravização de mentes. Essas ideias apontadas abrem espaços para que intelectuais negros (as) ganhem visibilidade no processo educacional e sejam incluídos/as nos currículos de escolas afro-brasileiras tratando da relação cultural, social e intelectual existente entre Brasil e África. Destaca-se como importante o processo de descolonizar olhares para que esses grupos inferiorizados sejam vistos de maneira enriquecida e não como empobrecidos de ideias como ainda é retratado na memória da sociedade.

Contudo, precisamos refletir que tipo de professor (a) que queremos ser e queremos formar, será aquele (a) que luta contra o sistema racista ou aquele (a) que se curva diante dele. A UNILAB cativa a cada pedagogo a reverter suas aulas contra o ensino hegemônico que assola as escolas e domina as mentes dos (as) dos (as)professores (as). Portanto, está nas mãos de cada educador (a) fazer valer os conhecimentos recebido aqui, para difundir e elaborar uma educação inclusiva que represente os (as) diferentes povos nele inseridos (as), o processo é intenso, porém é recompensador, ao traçar caminhos para um olhar descolonizador acerca da contribuição africana e afrodescendentes em nossa vida e em nosso país.

Por fim, estudar na UNILAB me modificou, me fez ver que não é preciso adequar-me a um padrão que não condiz com meu ser. Antes da universidade alisava o meu cabelo para sentir mais bonita e hoje não mais. Reconheço a minha identidade herdada de minha ancestralidade, como o meu cabelo crespo, na qual aprendi a aceitar e gostar do jeito que eu sou. Como pedagoga sairei com uma carga de conhecimento capaz de descolonizar a

mente da (os) aluna (o)s para que possam reconhecer a importância do legado das (os) nossas (os) irmãs (ã) africanas (os) para a formação da nossa identidade, além de identificar o racismo e intervir de forma positiva e eficaz.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo, ed. Pólen livros, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECADI/ME, 2013.

CASTIANO, José P. **O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: estudo de caso nos distritos de Bárúè, de Sussundenga e da cidade de Chimoio – Moçambique**. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. - jul. 2005-2006.

COELHO, M. C.; COELHO, W. de N. B. **Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores**. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, 2021.

COELHO, W. N. B. **Formação de professores e relações étnico-raciais (2003-2014): produção em teses, dissertações e artigos**. Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 97-122, maio/jun. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. Verv. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v.13, n. 39, p.517-534, 2008.

EVARISTO, Conceição (2020a). **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.

GOMES, Nilma, L. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. UFMG. Currículo sem fronteiras, v.12, pp. 98-109, janeiro- abril 2012.

LIMA, Ivan. C.; VILLACORTA, Gisela. M. **Rede de Colaboração Educacional: A Unilab em destaque numa dimensão afrocentrada**. Fortaleza, Imprece, 2020.

MAZAMA, Ana. **A afrocentricidade como um novo paradigma**. In: Nascimento, Elisa Larking. (org). Afrocentricidade: uma nova abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. Sankofa: Matrizes Africana da cultura brasileira.

MEIJER, R. de A. e S. A. **Formação docente afrocentrada da UNILAB: o saber docente ancestral no ensino de didática nos países da integração**. Debates em Educação, v.11, n. 23, p. 598-611, 2019.

MOLEFI. K. Asante. **Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia**. Volume XIV, 2016.

OLIVEIRA, Evaldo. R. **Descolonizando os currículos e educando as relações étnico-raciais: pesquisa e práticas educativas de raízes africanas**. Revista da ABPN. V.13, N.37. junho- agosto. p. 18-41, 2021.

SACRISTÁN, José. G. **O que significa o currículo?** Penso editora, 2013.

SANTOS, Ana Paula Borges dos Reis Queiroz Santos. **Africanidades: Um olhar pedagógico para o ensino da cultura africana em sala na aula.** 2016. 41 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Africanidades e Cultura Afrobrasileira) – Centro de Ciências Empresariais e Sociais Aplicadas, Universidade Norte do Paraná, Londrina, 2015.

SILVA, A, J.A.C. da. **Uma década e meia da lei 11.645/08:** o que mudou nas licenciaturas do Campus Floresta-UFAC? Curitiba, Educador em Revista, v.40, 2024.

UNILAB. **Projeto político pedagógico do curso de pedagogia.** 2024.

6. ANEXOS



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO BACHARELADO EM HUMANIDADES

Orientanda: Maria Suzana Barroso Silva

Orientadora: Jacqueline Costa

Título da pesquisa: Curso de Pedagogia da Unilab-Ce: Uma proposta antirracista e afrocentrada.

Perfil das docentes:

1. Nome: Rebeca De A.S. Meijer

2. Ano em que nasceu: 1972

Cidade: fortaleza

Estado:

3. Ano que ingressou e conclui a graduação: 1997 - 2003

Título do TCC: Não fiz TCC

Universidade:UFC

4. Ano que ingressou e conclui o mestrado: 2004 - 2006

Título da dissertação: A menina e o erê nas viagens ao ser negro, uma pesquisa sociopoética com educadores em formação

Universidade: UFC

5. Ano que ingressou e conclui o doutorado: 2009 - 2012

Título da tese: A valorização da cosmovisão africana na escola: Uma pesquisa formação com professoras piauienses

Universidade: UFC

6. Ano de docência no ensino superior e quais universidade já lecionou como docente concursada?

2008 e 2009 – UFC - substituta

2010 – 2012 – UFPI - concursada

2013 – 2024 – UNILAB – concursada

QUESTIONÁRIO

1) Como se deu a construção do currículo afrocentrado do Curso de Pedagogia da Unilab?

Vim redistribuída da UFPI para a UNILAB a pedido da professora Nilma Lino Gomes para compor a comissão de elaboração do PPC do curso de pedagogia do Ceará.

No seu interior existia duas opiniões, quem defendesse uma pedagogia Waldorf e a pedagogia afrocentrada. Foi desgastante e desafiador conseguir elaborar o curso em perspectiva afrocentrada em razão desses membros que, mesmo conscientes da proposta e da missão da Unilab argumentavam que deveria se estabelecer um curso de pedagogia intercultural com esteio na pedagogia waldorf. Foi então que solicitei o reforço da UFC portariando a professora Sandra Petit, que foi minha orientadora, para compor a comissão. Além disso compuseram também dois mestres de capoeira, mestre Armandinho e mestres Magnata que nos ajudaram a pensar a circularidade, a copeira, a corporeidade no contexto curricular.

2) Quais as professoras foram envolvidas nessa construção? E quantos meses durou esse processo?

Foram 9 meses, envolvendo Rebeca Meijer, Sandra Petit, Carlindo Fausto, Jeannette Ramos e Ivan Maia.

3) Quais os desafios encontrados ao longo do processo?

Os mencionados acima, destaque para a briga epistemológica.

4) Como o currículo afrocentrado pode contribuir para a formação docente antirracista e para a Lei 10.639/03?

O currículo afrocentrado tem como eixo a formação do pedagogo/a em perspectiva antirracista, decolonial desde a afrocentricidade. Recentemente no ENDIPE 2024, a disciplina de didática nos países da integração do curso de pedagogia foi apresentada em um simpósio como inovadora por ter a perspectiva afrocentrada. Sugerimos à comissão o termo nos países da integração para várias componentes curriculares no sentido de considerar o pertencimento dos países na construção da identidade profissional docente, o que vem dando certo.

5) Como docente do curso de Pedagogia, avalia a sua contribuição para implementação desse currículo? E como percebe a recepção dele para as (os) estudantes?

6) Tem alguma observação que queira destacar?



CARTA DE CONCORDÂNCIA

Eu **Rebeca de Alcântara e Silva Meijer**, brasileira, professora, casada, CPF de número 694.968.703-68, residente e domiciliada em Fortaleza, estado do Ceará, DECLARO que **aceito** participar e o uso do meu verdadeiro nome na pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada: “**Curso de Pedagogia da Unilab-Ce: Uma proposta antirracista e afrocentrada**”, e autoria Maria Suzana Barroso Silva, discente do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-Ce), sob orientação da Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa, docente do Curso de Pedagogia.

Redenção (Cé), 18 de novembro de 2024.

Profa. Dra. Rebeca de Alcântara e Silva Meijer
Colaboradora

Maria Suzana Barroso Silva
Pesquisadora

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa
Orientadora



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICIDADE DOS: DADOS DA PESQUISA E IDENTIDADE DA COLABORADORA

Eu **Maria Suzana Barroso Silva**, sob o CPF 065.729.983-98, discente do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-Ce) responsável pela pesquisa intitulada: “**Curso de Pedagogia da Unilab-Ce: Uma proposta antirracista e afrocentrada**”, sob orientação da Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa, docente do Curso de Pedagogia, me comprometo cumprir com todas as implicações abaixo descritas, assim:

Declaro:

- a) Que o acesso aos dados registrados para fins da pesquisa científica será feito somente após o total consentimento da colaboradora;
- b) Meu compromisso em publicizar os dados da pesquisa, bem como a identidade da colaboradora, somente a partir do consentimento declarado da mesma;
- c) Não utilizar as informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro;
- e) Que os dados obtidos na pesquisa serão usados exclusivamente para finalidade prevista no protocolo, em conformidade com o que está sendo proposto;

Redenção, CE, 18 de novembro de 2024.

Maria Suzana Barroso Silva

J. Costa

Maria Suzana Barroso Silva
Pesquisadora

Jacqueline da Silva Costa
Orientadora